

JAN ————— MAR | 2023

MPRJ

INFOCAO

BOLETIM INFORMATIVO

CAO SAÚDE



TODAS AS MATÉRIAS TÊM UM LINK,
CLIQUE PARA VISUALIZAR O DOCUMENTO
NA ÍNTEGRA

SUMÁRIO ●

SAÚDE

03

REPRESENTAÇÃO
GRÁFICA DAS
ATUAÇÕES

04

DESTAQUES

06

ALGUMAS ATIVIDADES DA
COORDENAÇÃO

SAÚDE

07

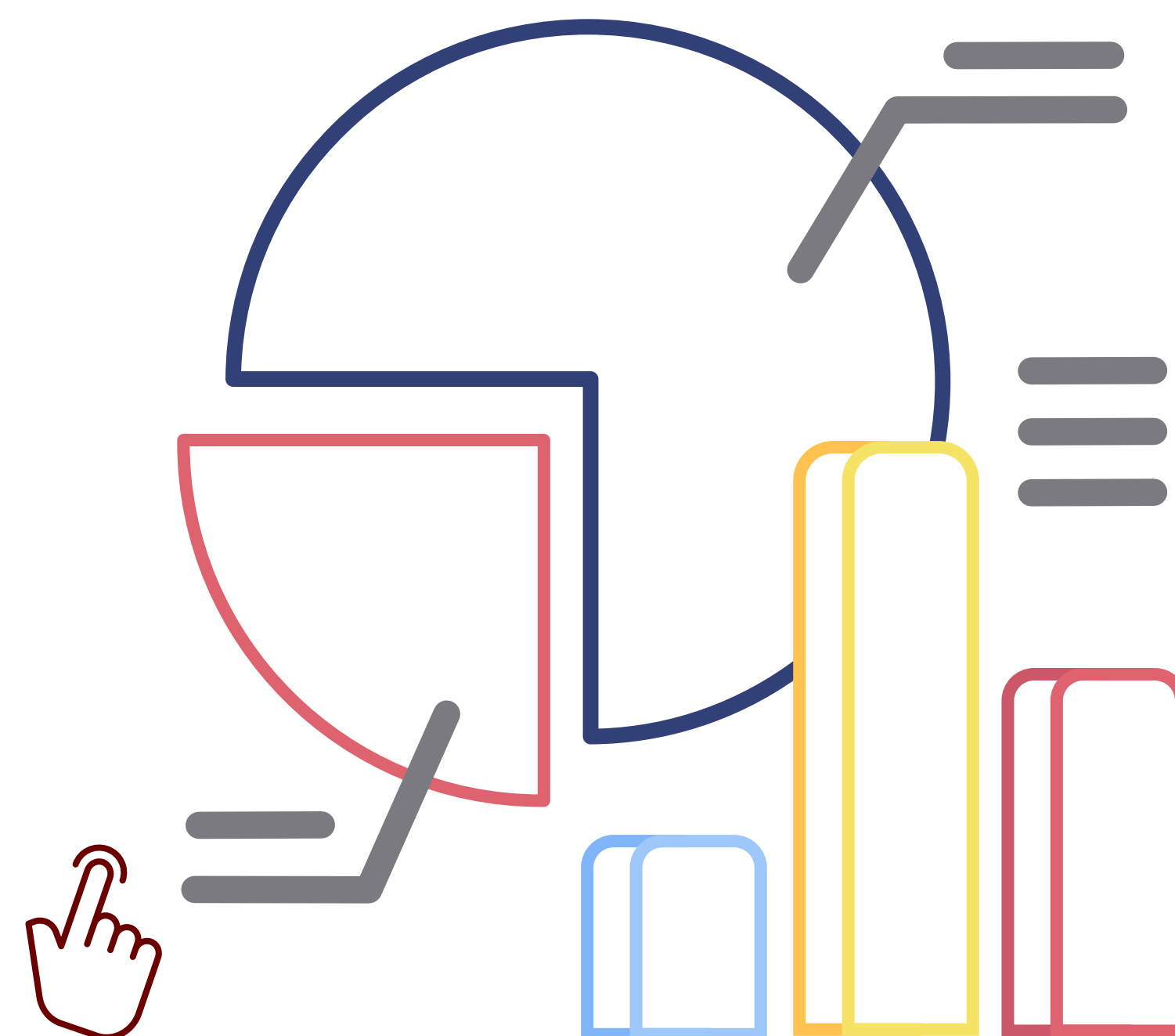
AÇÕES RELEVANTES

09

MPRJ EM AÇÃO

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS ATUAÇÕES

Gráficos



DESTAQUES

RETROSPECTIVA 2022: DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS COMO PREVIDÊNCIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PAUTA ATUAÇÃO DA 1CCR

RELATÓRIO DE AGÊNCIAS DA ONU APONTA QUE UMA MULHER MORRE A CADA DOIS MINUTOS DEVIDO A GRAVIDEZ OU PARTO

IEPS RECOMENDA AÇÕES PARA REDUZIR ÍNDICES DE MORTALIDADE MATERNA NO PAÍS - [LEIA O ESTUDO](#)

SAÚDE DA MULHER BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA INTEGRADA ENTRE VIGILÂNCIA E ATENÇÃO À SAÚDE - NÚMERO ESPECIAL | MAR.2023

O presente Boletim Epidemiológico traz dados com o intuito de disseminar informações qualificadas para fortalecer a rede de cuidados, subsidiar ações para redução dos óbitos por causas evitáveis e promover a equidade no acesso aos serviços e às tecnologias disponíveis no SUS. Destacando as questões relacionadas ao perfil sociodemográfico e aos aspectos ligados à maternidade, morbimortalidade e aos seus fatores de risco nos ciclos de vida das meninas e mulheres.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO DECIDE SOBRE PRAZOS PARA UTILIZAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES



Saúde, Sociedade e Meio Ambiente: ensaios preliminares

Publicação fevereiro 15, 2023

O momento em que se intensifica o debate mundial em torno da Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) coincide com a ocorrência de pandemias que vêm causando graves danos em todo o mundo e desafiam a humanidade sobre o modo de como enfrentá-las, além de obrigar-nos a refletir e a agir rapidamente sobre suas causas e consequências. Elas chegam em um cenário mundial em que as pessoas conhecem e vivenciam, cada vez mais de perto, os efeitos nefastos de suas ações sobre o ambiente em que vivem. Ações e modos de vida que resultam em desigualdades estruturais, exploração econômica, migração crescente, mudanças climáticas e perda de biodiversidade, e até mesmo crimes ambientais.

DESTAQUES

COVID -19

PESQUISA TRAÇA PERFIL DE MÉDICOS E PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM MORTOS POR COVID-19 - VEJA O ESTUDO

COBERTURA VACINAL

VACINAS BIVALENTES AUMENTAM IMUNIDADE CONTRA VÍRUS ORIGINAL DA COVID-19 E VARIANTE ÔMICRON, APONTA ESTUDO

Imunizantes apresentaram segurança e eficácia semelhantes às monovalentes, que seguem disponíveis nas UBS's de todo o Brasil - veja o documento: **Monitoramento do Horizonte Tecnológico (MHT)**

LEVANTAMENTO DA CNM MOSTRA PREOCUPAÇÃO COM A REDUÇÃO NA COBERTURA VACINAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES- VEJA O LEVANTAMENTO

EM 2021, COBERTURA DA VACINA BCG EM BEBÊS FOI A MENOR EM UMA DÉCADA

JURÍDICO

STJ NEGA PEDIDO PARA SUSPENDER INTERVENÇÃO DECRETADA PELO TJMT NA SAÚDE DE CUIABÁ - NA RECLAMAÇÃO DIRIGIDA AO STJ, A PREFEITURA APONTAVA SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO DA CORTE NA SLS 3.232

STJ SUSPENDE AÇÕES SOBRE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA PARA EMPRESAS PLANTAREM CANNABIS ATÉ DEFINIÇÃO DE PRECEDENTE QUALIFICADO - LEIA O ACÓRDÃO DE AFETAÇÃO DO RESP 2.024.250.

ALGUMAS ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO

CAO SAÚDE E GATE APRESENTAM NOVO ROTEIRO DE INSPEÇÕES EM CAPS

A coordenação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Saúde (CAO Saúde/MPRJ) apresentou, em (15/02), em reunião online de trabalho, um novo roteiro de inspeções em Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), inspirado no projeto Quality Rights - iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) para garantir os direitos de pessoas em sofrimento mental/com deficiência, nos equipamentos da Saúde e da Assistência Social.



AÇÕES RELEVANTES

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PGR DEFENDE MANUTENÇÃO DE BLOQUEIO DE R\$ 3,4 MILHÕES NAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COELHO NETO (MA) - VEJA A MANIFESTAÇÃO

PGR DEFENDE QUE UNIÃO DEVE SER PARTE EM AÇÕES PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS AINDA NÃO INCLUÍDOS NO SUS - ÍNTEGRA DA MANIFESTAÇÃO NO RE 1.366.243

APÓS ATUAÇÃO DO MPF, MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA REGULARIZAM DADOS DE TRANSPARÊNCIA NA SAÚDE

MPF RECOMENDA QUE PARÁ GARANTA ABORTAMENTO HUMANITÁRIO URGENTE PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VÍTIMA DE ESTUPRO - VEJA A RECOMENDAÇÃO

SAÚDE MENSTRUAL: MPF DEFENDE NA JUSTIÇA QUE UNIÃO APRESENTE PLANO DE DISTRIBUIÇÃO DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS

ÍNTEGRA DA MANIFESTAÇÃO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5080894-34.2022.4.02.5101

MPF REQUER QUE SUPREMO RECONHEÇA REPERCUSSÃO GERAL DE JULGAMENTO SOBRE OBRIGATORIEDADE DE PONTO ELETRÔNICO NO SUS - ÍNTEGRA DA MANIFESTAÇÃO NO RE 1.429.728

AÇÕES RELEVANTES

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

LIMINAR AFASTA USO DO CENSO DE 2022 NO CÁLCULO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DESTES ANOS

LEIA A ÍNTEGRA DA DECISÃO.

STF REFERENDA LIMINAR QUE AFASTOU USO DO CENSO NO CÁLCULO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Processo relacionado: **ADPF 1043**

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIÃO E ENTE LOCAL DEVEM INTEGRAR AÇÃO QUE PEDE REVISÃO DE PAGAMENTOS DO SUS PARA HOSPITAL PRIVADO LEIA O ACÓRDÃO NO ARESP 2.067.898.

MPRJ EM AÇÃO

MPRJ RECOMENDA QUE SUMIDOURO ADOTE MEDIDAS PARA EFETIVAR O PLANO DE AÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça de Sumidouro, expediu, no dia 01/02, Recomendação para que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Sumidouro adote estratégias para dar efetividade ao Plano de Ação da Vigilância em Saúde, Sanitária, Epidemiológica e do Trabalhador da cidade. **Veja aqui o inteiro teor da Recomendação.**

MPRJ INVESTIGA CONTRATOS SEM LICITAÇÃO QUE SOMAM R\$ 217 MILHÕES PARA GESTÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DE NOVA IGUAÇU

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) instaurou inquéritos civis para apurar a contratação emergencial, por dispensa de licitação, de duas OSs (organizações sociais) para gerir cinco unidades de saúde no Município de Nova Iguaçu. De acordo com a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Região Metropolitana I, os contratos somam cerca de R\$ 217 milhões.

MPRJ AJUIZA AÇÃO PARA QUE O MUNICÍPIO DE ARARUAMA IMPLEMENTE O SISTEMA DE REGULAÇÃO ASSISTENCIAL DO SUS EM SUA REDE DE SAÚDE

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Cabo Frio, ajuizou, em 16/03, ação civil pública com pedido de tutela antecipada para que o município de Araruama seja obrigado a implementar, em sua rede de Saúde, sistema de Regulação Assistencial nos termos da Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde, prevista na Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 02/2017. Com a ACP, o MPRJ pretende que o município implemente mecanismo de distribuição dos serviços existentes em sua rede de Saúde (como quantidades de consultas, exames, procedimentos e leitos) de forma igualitária, isonômica e, sobretudo, justa para todos os seus cidadãos. **Acesse a inicial da ação.**

INFOCAO

BOLETIM INFORMATIVO

CAO SAÚDE

PROJETO GRÁFICO
Gerência de Portal e Programação Visual
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

MPRJ